



8

**Enquadramentos nos estudos
críticos da Saúde Global:
uma análise da infodemia de
Covid-19 no Brasil**

Felipe dos Reis Campos
Ione Maria Mendes
Fernanda Luchiari de Lima
Gabriela Marques Di Giulio

INTRODUÇÃO

Em quase três anos, a Covid-19 atingiu cerca de 700 milhões de pessoas e 7 milhões mortes ao redor do mundo, tirando a vida de mais de 700 mil brasileiros (OUR WORLD IN DATA, [2022]) e transformando nossas vidas para sempre. Ao longo da crise, vivenciamos sentimentos de esperança, frustração, angústia e indignação, ao mesmo tempo em que fomos expostos a uma abundância tanto de informação quanto de desinformação, que se espalharam como o próprio vírus. Não por acaso, foi emblemática a declaração do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, de que a luta não seria “apenas contra uma pandemia”, mas também contra uma “infodemia”, em que *as fakes news* que se espalham “mais rápidas que o próprio SARS-CoV-2”. Especialmente no Brasil, onde diversos pesquisadores puderam constatar políticas oficiais e extraoficiais para desinformar, negligenciar ou minimizar os riscos da Covid-19 (GIORDANI et al., 2021; HALLAL, 2021; VENTURA et al., 2021; FONSECA et al., 2022, DIGIULIO et al., 2023), a declaração de Adhanom pareceu um tanto otimista. No País, diferentes indivíduos e grupos buscaram moldar a percepção pública de forma contrária ao consenso científico e às recomendações da OMS, difundindo desinformações habilmente em redes sociais e aplicativos de mensagens, se beneficiando tanto do funcionamento dos algoritmos de plataformas (CESARINO, 2019; VASCONCELLOS-SILVA e CASTIEL, 2020) quanto da incompreensão e de preconceitos pré-existent entre indivíduos na sociedade (COSTA et al., 2021).

As declarações proferidas pela OMS de que se tratava de uma “emergência de saúde global e, posteriormente, de uma “pandemia” não se deram de forma fortuita. É inegável que foram consideradas características epidemiológicas como, por exemplo, taxas de transmissão e infecção, letalidade, gravidade dos sintomas, e respostas imunológicas. Contudo, a despeito de sua materialidade factual, pode-se dizer que a Covid-19 em si não “existe socialmente” até que seja enquadrada e legitimada enquanto tal. Como preconiza a abordagem da sociologia construcionista, importa menos se um problema existe objetivamente. Importa mais, de fato, como a questão foi e é tratada por diferentes atores sociais, indivíduos e sociedade, que atribuem seus interesses, valores e visões de mundo. É precisamente pelos processos de construção social que indivíduos, grupos e instituições definem quando a Covid-19 será enquadrada como uma emergência de saúde global e a partir de quando o surto passa à condição de pandemia. Em última instância, construir a Covid-19 socialmente determina os modos que indivíduos e grupos se relacionam com seus riscos e ameaças no cotidiano, sendo capaz de explicar comportamentos tais como a aderência ao distanciamento social e uso de máscaras,

mas também o uso de substâncias não comprovadas ou, ainda, a hesitação vacinal e a adoção e difusão de teorias de conspiração.

A infodemia, característica marcante da crise da Covid-19, tem sido definida como o excesso de informações, algumas precisas e outras não, que torna difícil, a qualquer indivíduo a tarefa de encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020). Com a ampla adoção de smartphones, redes sociais e aplicativos de mensagens, há facilidades para a difusão de um amplo espectro de desinformações, tais como, rumores, boatos, falsidades, teorias da conspiração, conteúdos fora de contexto e discursos de ódio. Produzidos, consumidos e compartilhados em razão da incompreensão (WARDLE e DERAKHSHAN, 2017) ou motivada pela ação coordenada e patrocinada de grupos intencionados (DI GIULIO et al., 2023), seus efeitos negativos são análogos a um vírus: se propagam rapidamente, amplificando exponencialmente as externalidades causadas na medida em que infecta mais indivíduos. Este contexto tem se mostrado particularmente adverso ao debate público necessário, equilibrado e plural, que avalia implicações e critérios de comparação e suportado por evidências científicas, causando sérias perturbações à governança de risco (GIORDANI et al., 2021), bem como ao ambiente democrático (WARDLE e DERAKHSHAN, 2017; ZIMDARS e MCLEOD, 2020).

Durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), a difusão massiva de enquadramentos e narrativas de cunho negacionista sustentaram em grande medida decisões governamentais que não só foram na contramão do consenso científico (DI GIULIO et al., 2023), mas também favoreceram interesses privados (FONSECA et al., 2022) e impulsionaram a própria circulação do vírus (ESPINOSA et al., 2022). Sem embargo, combinada com a complexidade intrínseca de uma pandemia, que exhibe múltiplas causas, efeitos, contingências e reverberações difusas e não-lineares, a infodemia favoreceu ainda mais para um clima generalizado de dúvidas e incertezas, retroalimentando, assim, a própria infodemia. Por conseguinte, houve oportunidade para que grupos hábeis com o funcionamento de algoritmos de plataformas, buscassem moldar a opinião pública e influenciasse processos decisórios a partir da produção e compartilhamento da desinformação.

Diante de uma emergência de saúde global, comum a todos os indivíduos da sociedade e cujos riscos ameaçam a vida humana, é intrigante observar como um mesmo problema é “enquadrado” e “narrado” de maneiras distintas e não raro paradoxais. Desde ser tratado como “só “uma gripezinha” aos “que anunciaram “o apocalipse”, dos “que enxergaram uma “ameaça à liberdade individual”, aos que “ansiavam por “decisões técnicas baseadas em evidências científicas”, etc. Enquadramentos e narrativas presentes em cada possibilidade de se apreender os fenômenos da realidade material, além de promoverem conexões de um indivíduo com o outro, também refletem na própria

noção (individual e/ou coletiva) de sentido com o mundo. Eles persuadem e são atraídos às crenças e valores vigentes de um grupo. Eles facilitam o entendimento de um problema complexo e auxiliam a lidar com as implicações na vida cotidiana. É nessa direção que propomos que as noções e “enquadramento” e “narrativa” ajudam a compreender situações contemporâneas de riscos e emergências globais, bem como suas relações com a comunicação de risco (e desinformação), ciência, política e sociedade.

A literatura de enquadramentos enfatiza que, ao se enquadrar certa questão social, problema, risco ou mesmo uma pandemia, salientam-se alguns aspectos da realidade em detrimento de outros (GAMSON e MODIGLIANI, 1989; ENTMAN, 1993). Enquadramento, assim, remete a um processo dinâmico de interpretação de indivíduos e grupos, de mediação da informação pelos meios de comunicação de massa (TUCHMAN, 1976; PJESIVAC et al., 2020), de circulação de conteúdo nas redes sociais e aplicativos de mensagens (YU et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2021), e de sustentação de políticas adotadas nos processos decisórios acerca das questões da vida cotidiana (ENTMAN, 1993). Por exemplo, se a Covid-19 é enquadrada como uma “uma gripezinha” por trás disso existe a intenção de enfatizar a semelhança da doença com a gripe, com seus riscos já conhecidos e presentes no cotidiano. O diminutivo “zinha” invocaria, assim, uma gripe fraca. Sendo fraca, comum, cujos sintomas passam em poucos dias, não haveria a necessidade de considerar seus possíveis riscos no dia a dia, tampouco quaisquer recomendações de enfrentamento e/ou mitigação da disseminação da doença. Ainda, caso algum político populista hipoteticamente defenda o uso de substâncias sem comprovação científica para evitar o fechamento do comércio, a análise de enquadramentos poderia lançar luz aos processos que permeiam as políticas e decisões que favorecem seus interesses, valores e ideologias.

A análise de enquadramentos não se propõe a explicar causalmente as políticas resultantes das diferentes instâncias de um processo decisório complexo, com diversos participantes, interações, estratégias para influenciá-lo e contingências gerais. Sua potência analítica reside, justamente, em possibilitar tornar mais visíveis interesses, valores e ideologias vencedoras (e perdedoras) sobre determinado problema social (ENTMAN, 1993). Enquadramentos são comumente utilizados para descrever princípios prevalentes que indivíduos e grupos empregam para atribuir sentido às suas vidas, organizar as experiências cotidianas e orientar ações e comportamentos. Nas palavras de Entman (1993, p. 52):

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes [...], de tal forma a se promover uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou recomendações de tratamento a um item descrito.

A literatura sinaliza quatro aspectos centrais acerca de um enquadramento. O primeiro indica que, ao se enfatizar certos aspectos de uma questão, problema ou política pública, negligencia-se outros aspectos, promovendo uma delimitação do que é e do que pode ser debatido. Por exemplo, durante a definição dos grupos de risco na vacinação, ainda que populações indígenas e quilombolas apresentassem maior vulnerabilidade social (FIOCRUZ, 2021), a Covid-19, no Brasil, não foi enquadrada de uma forma que lançasse luz às diversas dimensões de vulnerabilidade deste grupo social.

O segundo aspecto elucida a interpretação causal do problema. No caso da Covid-19, é possível observar tentativas de preconizar que algo necessariamente precisaria ‘causar’ a doença (ainda que materialmente não a cause). Por exemplo, quando se atribui um plano arquitetado intencionalmente pelo conluio do governo chinês, mídia e esquerda para justificar a existência do vírus e da pandemia. Esse conluio visaria, nesse entendimento, impor um regime totalitário à civilização ocidental, atacando as instituições da família, religião e da ética judaico-cristã. Esse aspecto é particularmente problemático em situações caracterizadas por riscos sistêmicos (como as pandemias), cujas causas e efeitos são multiescalares, transfronteiriços, não-lineares e estocásticos (SCHWEIZER et al., 2022). Ora, se as evidências científicas fornecem as bases para as políticas sanitárias necessárias para enfrentar riscos complexos (AVEN e RENN, 2019), quando causas e efeitos são mal compreendidos, cria-se uma via livre para a proliferação de falsas controvérsias, incertezas, descrença nas instituições, ceticismos desmedidos, além da desinformação generalizada.

O terceiro aspecto refere-se à avaliação moral de um problema. Assim, crenças, valores, visões de mundo, ideologias, preconceitos, percepções e atitudes moldariam a forma de se enquadrar um problema. Por exemplo, endossar que as medidas restritivas e de isolamento social adotadas ao longo da pandemia seria um “ataque à liberdade” pode acionar interpretações relativas ao fato de que decisões individuais e setoriais deveriam se sobrepor à saúde pública. Se nos discursos científicos encontramos maneiras paradoxais de se lidar com a Covid-19¹, nas situações em que ela é explicada majoritariamente por valores morais, tal enquadramento, de forma perigosa e com significativos efeitos, pode ser mais próximo e palatável aos indivíduos.

Finalmente, o quarto aspecto refere-se a uma recomendação de tratamento, ação, política, ou mesmo a negligência. Esse aspecto estaria presente, assim, nas tentativas de colocar em xeque os riscos e ameaças associados à Covid-19 para justificar determinadas

¹ Até abril de 2020, a hidroxicloroquina era uma forte candidata ao combate à infecção de Covid-19, com estudos *in vitro* publicados em revistas prestigiadas sugerindo sua eficácia. Porém, desde maio de 2020, muitos experimentos comprovaram sua ineficácia contra a doença em seres humanos, o que não interrompeu, em absoluto, que os primeiros estudos continuassem a ser referenciados em redes sociais, aplicativos de mensagens, *lives*, declarações informais à apoiadores e sites pró Governo Bolsonaro.

ações (e não ações). Por exemplo, se o coronavírus não representa uma ameaça global, afinal, por que usar máscara? Ou, ainda, se é apenas uma gripezinha, não seria melhor favorecer o espalhamento da infecção até alcançar a imunidade de rebanho? Por último, caso haja um tratamento precoce eficaz, bastaria blindar o sistema imunológico dos indivíduos e a economia nunca precisaria ter parado.

Enquadramentos também podem atuar como “pacotes” culturais de interpretação cognitiva que organizam as ideias que indivíduos empregam para dar sentido à vida cotidiana. De acordo com Gamson e Modigliani (1989), o enquadramento opera como um centralizador de ideias, discursos ou narrativas que fornecem sentido para uma sequência não revelada de eventos e, dessa forma, é possível “construir significados ao longo do tempo, adicionando novos eventos ao processo de enquadramento interpretativo” (1989, p. 4). Destacamos dois tópicos nessa perspectiva. Primeiramente, enquadrar é, de certa forma, centralizar ideias, narrativas, discursos e/ou signos dispersos em determinada direção interpretativa. Segundo, há uma implícita orientação para se criar certos símbolos em detrimento de outros que, por sua vez, representam arbitrariamente crenças, valores, e visões de mundo particulares. Em outras palavras, para estes autores, enquadrar seria “aglutinar” ideias, discursos e narrativas difusas que, a priori, não se relacionam entre si, para então atribuir algum sentido desejado. Ao mesmo tempo em que enquadramentos operam como um conceito amplo e genérico que abrange ideias, narrativas e discursos disponíveis, eles também podem ocorrer quando essas partes constituintes juntas acionam um determinado enquadramento. À título de ilustração, narrativas de que “o coronavírus foi financiado pelo Governo Comunista Chinês” e “o vírus chinês visa desestabilizar os valores ocidentais” podem acionar o enquadramento de Teorias da Conspiração, delimitando o que da Covid-19 deve ser salientado e o que não deve.

As proposições de Gamson e Modigliani (1989) vislumbram algumas possibilidades analíticas discutidas neste capítulo. Considerando o argumento de que enquadramentos são “pacotes interpretativos”, entendemos que estes podem ser “desempacotados” em elementos textuais internos (e.g., metáforas, exemplos, retratos, imagens, frases de efeito) em textos de comunicação. Isso possibilita, por meio da identificação das narrativas mobilizadas por determinados atores, extrair os enquadramentos predominantes e acionados por distintos atores em diferentes situações. No caso deste capítulo, esse “desempacotamento” é proposto por meio da identificação de narrativas mobilizadas ao longo da pandemia pelo chamado “gabinete paralelo” - grupo composto pelo ex-presidente Bolsonaro, seus filhos, o alto escalão de seu governo, empresários e influenciadores digitais (SENADO FEDERAL, 2021). Essa tentativa visa extrair quais enquadramentos foram acionados por eles, e, dessa forma, buscar compreender suas intersecções com as políticas públicas adotadas e negligenciadas pelo Governo Bolsonaro na pandemia.

Neste capítulo, narrativas são compreendidas como histórias que descrevem uma questão ou um problema, com causas, efeitos, soluções ou recomendações de tratamento (VIGLIO et al., 2019; SQUIRE, 2020), especialmente no contexto que são empregadas para explicar riscos socialmente construídos (MAIRAL, 2008; AVEN e RENN, 2019). Atualmente, as sociedades em grande medida confiam na autoridade científica para a resolução prática de problemas do cotidiano, sendo a mobilização do discurso científico uma estratégia potente de cancelamento político (CURRIE e STERELNY, 2017; KOCH et al., 2021). Outrossim, narrativas atuam como veículos de raciocínio e significado que podem determinar as origens de um problema, adentrando à sua complexidade, além de fornecer um modo prático para se lidar com ele (KOCH et al., 2021). Por conseguinte, a habilidade de manejar narrativas atraentes e compreensíveis em torno de questões sociotécnicas complexas pode favorecer determinados enquadramentos em detrimento de outros. Isso é particularmente mais determinante em instâncias de debates mediados pelas redes sociais, cujos algoritmos detêm uma preferência em disseminar conteúdos que engajam mais (VALENZUELA et al., 2019; ZIMDARS e MCLEOD, 2020), o que nem sempre encoraja o compartilhamento de informações idôneas e precisas.

Apesar do termo “narrativa” estar presente nas conversas do dia a dia, redes sociais, aplicativos de mensagens, blogs de opinião e meios de comunicação, em suma, nas múltiplas esferas do debate público contemporâneo, sua banalização sofre duras críticas quanto a uma definição dura (RYAN, 2007; WEBER, 2020). Como um primeiro tópico a ser discutido, destacamos a definição formal de Squire (2020, p. 2), em que narrativas são:

[...] uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais [...] narrativas podem implicar conjuntos de signos que se movimentam temporalmente, causalmente ou de alguma outra forma sócio culturalmente reconhecível e que, por operarem com a particularidade e não com a generalidade, não são reduzíveis a teorias.

Dito de outro modo, narrativas denotam expressões culturais essenciais na interpretação e criação de sentidos particulares, ligadas a um fato concreto, com declarações com intenção específica de validade (MAIRAL, 2008; KOCH et al., 2021). As diferentes narrativas da Covid-19, assim, têm maior ou menor aderência na sociedade na medida em que a pandemia passa a ser construída, percebida, reconhecida e comunicada como um problema digno de atenção pública. Viglio et al. (2019) enfatizam que narrativas são capazes de evidenciar argumentos, escolhas, conceitos e legitimação na elaboração e implementação de políticas públicas. Portanto, a compreensão de narrativas pode lançar luz às maneiras como discursos científicos são mobilizados para influenciar decisões políticas.

Narrativas tendem a ganhar força por meio de arranjos institucionais que crescem como uma resposta a ela (KELLER, 2009). Tais arranjos podem consolidar uma narrativa na medida em que as atividades institucionais reproduzem e reforçam uma visão de mundo particular. Narrativas também influenciam processos decisórios sobre problemas sociais e ajudam a delimitar o espaço do que é politicamente viável. Isso porque, segundo Hermwille (2016), elas sugerem maneiras particulares nas quais devem se desenvolver ou transformar para produzir um determinado conjunto de resultados. Logo, quando há alguma controvérsia, atores políticos tendem a aceitar mais determinadas narrativas à medida que essas se relacionam com as crenças e motivações políticas (HERMWILLE, 2016). Portanto, narrativas que contam com dispositivos retóricos e enredos familiares, apoiam-se em valores ou crenças vigentes, tendem a ser mais palatáveis para audiências leigas.

Particularmente sobre narrativas científicas, Viglio et al. (2019) sustentam que estas apresentam elementos descritivos e prescritivos, implicando em interpretações, avaliações e soluções particulares para um problema. Apesar disso, em situações em que se combinam elementos normativos (como as coisas deveriam ser) e factuais (como as coisas são), cruzam-se as fronteiras entre ciência e política. Assim, as narrativas mais aderentes a uma população são potencializadas quando legitimadas pelo discurso científico. Esse ponto é particularmente importante na discussão de narrativas científicas. Dahlstrom (2014) argumenta que, diferentemente do consenso científico, em que casos específicos convergem para uma conformidade geral (o saber dedutivo), narrativas científicas fornecem um caso específico a partir do qual indivíduo e grupos generalizaram e até inferem quais deveriam ser as verdades gerais - o chamado saber indutivo.

No caso particular da pandemia de Covid-19 no contexto brasileiro, a despeito do poder argumentativo de narrativas ser amplificado pelo uso do discurso científico, a desinformação patrocinada e instituída pelo Governo Bolsonaro, seus filhos e o alto escalão de seu governo (ALBUQUERQUE, 2021), nos provoca a pensar uma nova forma de narrativas: as narrativas *pseudo-factuais*. Tal proposta é embasada no estudo de Rajão et al. (2022) sobre falsas controvérsias difundidas por um grupo de agrônomos brasileiros aliados a Bolsonaro e seus impactos ambientais na não adoção de políticas de conservação florestal. De acordo com o autor, a estratégia empregada para difusão de falsas controvérsias apresenta três dimensões: a fabricação de incertezas, o uso indevido de credenciais científicas e o desprezo à literatura científica.

Em suma, com base na argumentação de Gamson e Modigliani (1989), propomos que os enquadramentos podem ser “desempacotados” por meio da análise de seus elementos textuais internos. A perspectiva analítica proposta se debruça, assim, sobre os argumentos mobilizados pelo “gabinete paralelo” no tocante à fabricação de incertezas, uso indevido de credenciais científicas e desprezo à literatura científica. Dessa forma, ao

identificar as narrativas *pseudo-factuais* disseminadas, poderemos extrair os enquadramentos acionados e nestes, as ações e omissões do Governo Bolsonaro em sua resposta à Covid-19.

MÉTODOS

O estudo apresentado ancora-se na análise textual de conteúdo e análise interpretativa (BARDIN, 1977; MENDES e MISKULIN, 2017) das narrativas *pseudo-factuais* identificadas nos seguintes conjuntos de documentos:

- (i) Relatório Final da CPI da Pandemia (SENADO FEDERAL, 2021), sobretudo os capítulos 6 (Análise) e 9 (Desinformação na pandemia);
- (ii) Publicação “A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19” de Ventura et al. (2021);
- (iii) Linha do tempo de eventos diários da pandemia de Di Giulio et al. (2023).

A partir dessas três fontes, construímos nosso corpus de análise, sendo que o recorte temporal desses documentos abrangeu o período de março de 2020 a outubro de 2021. A CPI da Pandemia apurou ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil, nos casos de negligência e obstrução da vacinação, no agravamento da crise sanitária em Manaus e na atuação de um “gabinete paralelo” que promovia desinformação. Segundo o Relatório Final da CPI da Pandemia (2021), a comissão investigativa colheu elementos suficientes que comprovam a existência de um “gabinete paralelo”, composto por médicos, políticos, influenciadores digitais e empresários, que defendeu a estratégia de buscar imunidade de rebanho e deu suporte ao ex-Presidente da República. O “gabinete paralelo”, segundo o relatório, também teria dado suporte às ações do governo referentes ao endosso para uso de substâncias comprovadamente ineficazes.

O estudo “A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19” foi baseado em pesquisa documental de caráter público, realizada por equipe interdisciplinar com competências nas áreas de Saúde Pública, Direito, Ciência Política e Epidemiologia. A partir de análises sobre normas federais, jurisprudência, discursos oficiais, manifestações públicas de autoridades federais e de busca em plataformas digitais, o estudo concluiu que houve uma estratégia deliberada de disseminação da Covid 19, promovida de forma sistemática pelo Governo Federal (VENTURA et al., 2021).

Por último, a linha do tempo dos principais eventos diários da pandemia envolve um banco de dados em que os autores Felipe Campos e Ione Mendes coletaram diariamente notícias referentes à pandemia de Covid-19 no Brasil no período de janeiro de 2020 a outubro de 2021. Resultados deste estudo estão disponíveis em Di Giulio et al. (2023). As principais fontes para essa coleta foram três grandes portais digitais de notícias no Brasil: UOL, R7 e Globo.com. Esses portais publicaram tanto notícias próprias como redirecionamentos para notícias de outros veículos (e.g. Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, G1, BBC, El País, Veja, entre outros).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de conteúdo do *corpus* possibilitou a identificação de 30 narrativas *pseudo-factuais* mobilizadas pelo “gabinete paralelo”. Cada uma delas pode ser agrupada em seis enquadramentos principais: (A) “Teorias da conspiração”; (B) “Tratamento precoce”; (C) “Só uma gripezinha”; (D) “Ataque à liberdade”; (E) “Imunidade de rebanho”; (F) “Brasil não pode parar”. O Quadro 1 apresenta 30 narrativas *pseudo-factuais* identificadas, os respectivos enquadramentos que elas acionaram e as ações políticas e omissões do Governo Bolsonaro suportadas por estes últimos. A seguir são apresentadas e discutidas as principais características identificadas em cada enquadramento.

Quadro 1 – Narrativas mobilizadas pelo “gabinete paralelo”, enquadramentos acionados e ações políticas e omissões do Governo Federal

Enquadramentos Acionados	Narrativas <i>pseudo-factuais</i> identificadas	Ações políticas e omissões do Governo Bolsonaro (2019-2022)
(A) Teorias da Conspiração	(1) O coronavírus foi financiado e patrocinado pelo Governo Comunista Chinês	O Presidente desautorizou a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac (vacina chinesa) pelo Ministério da Saúde.
	(2) O vírus chinês visa desestabilizar os valores e as instituições ocidentais	O Presidente editou medida provisória retirando poder de ação no enfrentamento da pandemia de estados e municípios. Dias depois o STF concedeu liminar assegurando que a Medida Provisória não afastaria a competência concorrente nem a tomada de providências normativas e administrativas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Continua...

Enquadramentos Acionados	Narrativas <i>pseudo-factuais</i> identificadas	Ações políticas e omissões do Governo Bolsonaro (2019-2022)
	(3) Há chips de controle do Governo chinês inseridos nas vacinas	Ato antidemocrático no dia 07 de setembro de 2021 com presidente no palanque com ataques ao STF, instituições democráticas e jornalistas.
	(4) As vacinas da Pfizer e CoronaVac são experimentais	Brasil menosprezou a cúpula em que China ofereceu crédito de US\$ 1 bi para vacina.
	(5) Existe uma sabotagem contra o Governo Federal pelos governadores e mídia	Crise diplomática com a China dificultou negociação de insumos para produção da CoronaVac pelo Instituto Butantan (Estado de São Paulo).
	(6) O Supremo Tribunal Federal impediu o Governo Federal de agir	
(B) Tratamento Precoce	(7) Tratamento precoce salva vidas	Ministério da Saúde buscou insumos para a produção da cloroquina em outros países. O Ministério das Relações Exteriores buscou junto ao governo indiano a liberação de importação de ingrediente farmacêutico ativo de hidroxicloroquina por parte de empresas brasileiras, em especial, Ap-sen e SEM.
	(8) Existe um tratamento precoce contra a Covid-19	Produção de cloroquina pelo Laboratório Químico do Exército, que chegou a pagar 167% a mais pelo principal insumo da cloroquina.
	(9) Tratamento precoce é cientificamente comprovado, receitado por vários médicos	Em 2020, o valor gasto pelo Fundo Nacional de Saúde com compra de hidroxicloroquina e cloroquina em diversos formatos deu um salto
	(10) Hidroxicloroquina, cloroquina, ivermectina e nitazoxanida são eficazes contra a Covid-19	Várias tentativas de fazer a ANVISA mudar a bula da cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e nitazoxanida no sentido de indicá-los como medicamentos para o tratamento da Covid-19. A Agência Pública, através da Lei de acesso à informação apurou que em janeiro de 2021, a (Secretaria de Comunicação do Governo Federal (SECOM) contratou quatro influenciadores, que receberam um montante de R\$ 23 mil para falar sobre atendimento precoce com verba integrante de um investimento total de R\$19,9 milhões da campanha publicitária denominada "Cuidado Precoce Covid-19.

Continua...

Enquadramentos Acionados	Narrativas <i>pseudo-factuais</i> identificadas	Ações políticas e omissões do Governo Bolsonaro (2019-2022)
		<p>O SecomVC, canal criado pelo governo em redes sociais, estimulou o tratamento precoce e o uso de cloroquina com a publicação intitulada “Tratamento precoce para salvar vidas”. O Ministério da Saúde lançou em Manaus o aplicativo TrateCov para “auxiliar” os profissionais de saúde e a população na coleta de sintomas e sinais de pacientes visando aprimorar e agilizar os diagnósticos e tratamento da Covid-19, indicando o uso de medicamentos do Kit Covid.</p> <p>Conselho Federal de Farmácia, em documento entregue à CPI da Covid, informou que a venda a varejo de ivermectina teve um crescimento de 557,26% em 2020, comparado com as vendas de 2019, e a de hidroxicloroquina, um aumento de 113,15%.</p>
(C) Só uma gripezinha	(11) A Covid-19 está superdimensionada	Ministério da Saúde mudou a forma de publicar dados da pandemia alegando superdimensionamento.
	(12) Só uma gripezinha	O Presidente multiplicou viagens a diferentes estados, gerando aglomerações, em muitos momentos sem máscara e tendo contato físico com pessoas, inclusive crianças.
	(13) Dados de mortes são inflados; toda morte passou a ser considerada Covid-19	O Presidente da República declarou, por diversas vezes, que a pandemia estaria superdimensionada.
	(14) Geração hoje em dia é Nutella, pandemia é frescura e mimimi	
(D) Ataque à liberdade	(15) Liberdade aos médicos para receitar	Vetos presidenciais a dispositivos de lei que determinavam medidas não farmacológicas (uso de máscara, restrição de circulação, disponibilização de álcool em gel 70%), reforçando que essas medidas seriam escolhas individuais.
	(16) Vacinação obrigatória é um projeto fascista	Apoio a grupos que defendem a autonomia médica (médicos pela vida entre outros) em detrimento de um planejamento de saúde pública nacional articulado.

Continua...

Enquadramentos Acionados	Narrativas <i>pseudo-factuais</i> identificadas	Ações políticas e omissões do Governo Bolsonaro (2019-2022)
	(17) Passaporte de vacina é um ataque à liberdade individual	Ampliação de atividades essenciais no sentido de obstruir restrições de circulação.
	(18) Vacina obrigatória é precedente para o totalitarismo	O governo buscou beneficiar grupos econômicos que teriam prejuízos financeiros com a restrição de circulação e planos de saúde privados ao defender a autonomia médica.
	(19) Passaporte de vacina é um ataque à liberdade individual	
(E) Imunidade Rebanho	(20) Há um nível de contaminação adequado; quanto mais se propagar, melhor	Governo se contrapôs à adoção de medidas não farmacológicas que contribuiriam para evitar a contaminação, sobretudo o distanciamento social e o uso de máscaras.
	(21) Isolamento vertical é a melhor solução	Mobilização da estrutura governamental contra o distanciamento social persistiu, partindo para o ataque a gestores públicos que acertadamente usavam essa estratégia nos territórios dos estados e municípios.
	(22) Imunidade de rebanho está salvando o Brasil	Ampliações de atividades essenciais sabotando a restrição de circulação de pessoas.
	(23) Imunizados têm maior proteção	O Presidente República vetou vários dispositivos que tratavam do uso de máscaras e da assepsia das mãos com álcool em gel contidos na Lei nº 14.019.
	(24) Se infectar é mais efetivo que vacina	A testagem em massa foi menosprezada pelo Ministério da Saúde. “O ex-ministro Pazuello afirmou em entrevista: “vieram com a ideia de que tem de testar para dizer que é coronavírus. Não tem de testar, tem de ter diagnóstico médico para dizer que é coronavírus. E, se o médico atestar, deve se iniciar imediatamente o tratamento”.
	(25) Como uma chuva, vai atingir você	O Ministério da Saúde rejeitou doação de, pelo menos, 20 mil kits de testes RT PCR para Covid-19 da empresa LG, dois meses após a oferta. O Presidente desautorizou a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac pelo Ministério da Saúde em outubro de 2020.

Continua...

Enquadramentos Acionados	Narrativas <i>pseudo-factuais</i> identificadas	Ações políticas e omissões do Governo Bolsonaro (2019-2022)
		Pfizer apresentou a primeira proposta de venda de vacinas, com possibilidade de entrega inicial em 20/12 /20. Várias outras propostas foram enviadas pela farmacêutica e ignoradas pelo governo federal.
(F) O Brasil não pode parar	(26) É preciso preservar a economia	Secretaria de Comunicação (SECOM) elaborou e disseminou o vídeo intitulado “O Brasil não pode parar”
	(27) É preciso preservar empregos	Houve demora e obstruções do Governo Federal na definição e pagamento do auxílio emergencial.
	(28) Distanciamento social destrói a economia	Defesa do isolamento vertical.
	(29) Distanciamento social causa fome e miséria	Governo federal atribuiu a prefeitos e governadores os problemas da economia.
	(30) Distanciamento social causa desemprego	

(A) Teoria da conspiração

Este enquadramento se caracteriza por alegações, discursos, menções ou hipóteses acerca do conluio de grupos articulados, detentores de poder político e financeiro, que buscam causar ou dissimular deliberadamente alguma ação considerada maligna, manipulativa, antiética ou prejudicial. Frequentemente, os inimigos em destaque são a China, a “esquerda”, “comunistas”, “globalistas”, “petistas”, membros do Foro de São Paulo, jornalistas da mídia “corrompida”, que atuam coordenadamente, seja porque sofreram algum tipo de influência - marcadamente referenciada como “lavagem cerebral” (não-intencional) -, seja por agirem por interesse próprio (intencional). Exemplos de narrativas, extraídos da análise, que acionam o enquadramento da “Teoria da Conspiração” incluem: “a mídia sabotou o Governo Federal”, “governadores politizaram o vírus para atacar o Governo Federal”, “comunistas tramam contra a liberdade individual”, “a OMS alia-se à China e ao globalismo, quer quebrar a economia de países para impor um regime autoritário”, “o vírus chinês foi criado propositalmente em laboratório”, “a vacinação é um projeto fascista”, “querem destruir os valores da sociedade ocidental, como a liberdade”. Dando ênfase ao estigma relacionado à China,

além do endosso do ex-presidente norte-americano Donald Trump, tal enquadramento enfatiza que o SARS-CoV-2 seria um vírus produzido pelo país asiático. Na voz de Ernesto Araújo que ocupava cargo de Ministro das Relações Exteriores, a Covid-19 seria um vírus originário de laboratórios chineses (o “Comunavírus”), com o objetivo de destruir a economia dos países ocidentais e projetar a China em posição hegemônica internacionalmente (BIRMAN, 2020).

(B) Tratamento precoce

Esse enquadramento enfatiza a indicação para que as pessoas administrem substâncias sem comprovação científica com o objetivo de prevenção da Covid-19, como, por exemplo, hidroxicloroquina, cloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina, zinco e vitamina D. O uso dessas substâncias blindaria o sistema imunológico da infecção ou, ao menos, diminuiria a carga viral do coronavírus, minimizando os riscos da doença. Sob o enquadramento de tratamento precoce, recomendações como o uso de máscaras, vacinação e distanciamento social deveriam ser descartadas, o comércio nunca deveria ter sido fechado e a economia deveria continuar. Exemplos de narrativas presentes no enquadramento: “hidroxicloroquina salva vidas”, “ivermectina reduz a carga viral”, “estudos comprovam o tratamento precoce”.

Neste enquadramento, a negação da racionalidade científica se configura como um mecanismo de autodefesa, que apareceu, em particular, na forma como o Governo Bolsonaro se utilizou de omissões estatísticas e do vocabulário científico para inverter a lógica “certo *versus* errado”. A insistência de um tratamento precoce não passou de tentativas infrutíferas de profissionais, sem amparo científico e autorização da Anvisa. Todavia, as narrativas disseminadas pelo “gabinete paralelo” e o Governo Bolsonaro não apenas manipularam a incompetência na condição política da crise sanitária como inverteu-se a lógica da medicina como remediadora para uma “superior” preventiva (VARELLA, 2021). Não obstante, tais narrativas reforçaram a alegação de que algumas experiências individuais exitosas equivaliam às evidências científicas, e mobilizaram o próprio discurso científico, indicando substâncias e mobilizando médicos que as validavam (CASSIMIRO e LYNCH, 2022). As falsas controvérsias produzidas, em meio às controvérsias existentes, desviaram a atenção da possibilidade de surgirem antivirais capazes de evitar que a doença se agravasse. Tal condução também esteve presente no próximo enquadramento identificado na análise: a tese da Imunidade de Rebanho (KROPE, 2022).

(C) Só uma gripezinha

Esse enquadramento se caracteriza, sobretudo, como uma chamada para minimizar os riscos da pandemia. A Covid-19 é comparada a uma gripe, afirmando-se que o contágio deve ser algo natural, sem alardes, e até positivo. O advérbio “só” e o diminutivo “inha” reforçam a ideia de que se trata de uma infecção fraca, que não incorre em riscos. O enquadramento questiona, assim, a gravidade dos dados sobre mortes, infecções e efeitos colaterais e se vale da divulgação do número de recuperados. Se sobrepõe, principalmente, ao enquadramento de “imunidade de rebanho”. Exemplos de narrativas presentes no enquadramento: “só uma gripezinha”, “um histórico de atleta te blinda da infecção”, “os dados estão inflados”, “qualquer morte é contabilizada como Covid-19”.

Neste enquadramento é válido salientar que as formas mais dominantes de masculinidade exacerbam um modo de se relacionar pautado na honra, na virilidade, na força, na credibilidade e na agressividade valoradas de forma positiva. Nessa hierarquização que distribui características de pessoas segundo gênero, o masculino corresponde à racionalidade incontestável e está muito interseccionada com os elementos de classe, raça, origem e atuação profissional, dentre outros marcadores sociais de diferença e hierarquia. O monopólio masculino da veridicção pode se exprimir, nas interações cotidianas, de diferentes formas que passam pelas interrupções da fala no cotidiano, por exemplo, e também atravessa a postura afirmativa diante de assuntos, como a Covid-19 reforça, que “não se tem familiaridade, buscando atalhos explicativos e teorias que corroborem opiniões simplistas como forma de não perder a face pública da racionalidade” (FIORI et al., 2022, p. 367).

Como argumenta Birman (2020), ainda que o ex-presidente estadunidense Donald Trump soubesse da gravidade sanitária e mortal da pandemia, preferiu manter o discurso oposto, de minimizar ostensivamente a catástrofe, com o intuito de não gerar pânico (BIRMAN, 2020). No Brasil, o presidente Bolsonaro também diminuiu a Covid-19 a uma “gripezinha” em especial quando foi conveniente resgatar traços da masculinidade branca que impõe as regras, nomeia e julga os comportamentos (MELLO, 2020).

(D) Ataque à Liberdade

Esse enquadramento reúne alegações de que a liberdade individual está ameaçada. Assim, a decisão, de âmbito individual, em aderir ou não às medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias, ainda que traga riscos à saúde coletiva e gere prejuízos, é

colocada como prioritária em relação às decisões coletivas. Muitas vezes, esse enquadramento se sobrepõe ao de “teoria da conspiração”. Alguns exemplos de narrativas encontradas: “médicos devem ter a liberdade para receitar o que julgarem adequado”, “o indivíduo deve ser livre para tomar as decisões que julgar corretas (independente das consequências)”; “políticas de obrigação do uso de máscaras, fechamento do comércio e passaporte vacinal abrem precedente para o totalitarismo”; “é preciso liberdade para os médicos receitarem”; é preciso liberdade para usar ou não máscaras”; “é preciso liberdade para se tomar e cloroquina”; o passaporte vacinal é um projeto para o totalitarismo”.

Birman (2020) mostra que pesquisas preliminares norte-americanas de opinião apontaram para uma avaliação negativa do ex-presidente norte-americano Donald Trump frente à pandemia. Tendo em vista essas avaliações e ao reconhecer que a pandemia se agravaria, Trump passou a defender o uso de máscaras e da vacinação. Com a mesma licença para mobilizar a ideia de liberdade irrestrita, o ex-Presidente Bolsonaro, numa tentativa de responder à perda da sua popularidade, em algumas situações também mudou o seu discurso, capitalizando a compra das vacinas e fazendo uso da máscara em ocasiões específicas. Estes exemplos evidenciam como a liberdade é mobilizada a partir do interesse particular. O que se notou ao redor do mundo, e no Brasil em especial, foi a prevalência do entendimento da liberdade de expressão calcado na liberdade para proferir discursos que colocam em questão a ordem democrática, no plano jurídico e no que tange a liberdade de imprensa.

Em diversas manifestações públicas, Bolsonaro promoveu atos e discursos que representaram ataques à Constituição e ao Estado Democrático de Direito, evidenciando crimes de responsabilidade à saúde pública e instituições democráticas (NOBRE, 2020; CALIL, 2021; MONARI et al., 2021). O Governo Bolsonaro construiu argumentos que reforçaram falsas controvérsias, polêmicas, conspirações, ideologias revisionistas e a noção de super individualização da pandemia. As ações políticas evidenciam o descaso (ou negligência) do governo e uma necropolítica direcionada a sacrificar classes populares, trabalhadores, povos indígenas, negros e negras de baixa escolaridade e alta vulnerabilidade social (BIEHL et al., 2021).

(E) Imunidade de Rebanho

Este enquadramento baseia-se na tese de que determinado nível de contaminação pelo SARS-CoV-2 seria a forma mais adequada para lidar com a Covid-19. Ou seja, a partir de certo nível de contaminação, a população se tornaria resistente ao coronavírus, re-

duzindo sua contaminação e seus riscos. O enquadramento reúne alegações contrárias aos riscos da Covid-19, baseando-se na premissa de que a doença estaria superdimensionada e que os dados de infecção, letalidade e mortes estariam inflados, sobrepondo-se por vezes aos enquadramentos de “teorias da conspiração”, “ataques à liberdade” e “tratamento precoce”. Exemplos de narrativas presentes no enquadramento: “existe um nível de contaminação adequado benéfico para frear a Covid-19”, “o isolamento vertical é a melhor solução”, “o coronavírus está superdimensionado”.

A indagação sobre se a contaminação do SARS-CoV-2 era “democrática” por não havermos “controle” do ar caiu por terra com o argumento sobre as maneiras de se prevenir ou evitar o contágio iminente. Diferentemente de alguns postos de trabalho ocupados pela classe de renda média e que possibilitaram o trabalho remoto sem prejuízos, os mais pobres implicados em trabalhos informais seguiram obrigados a irem às ruas, muitas vezes com a superlotação dos sistemas de transporte, que também não dispõem de ventilação adequada. As recomendações da OMS, na prática, não foram compatíveis com a parcela mais vulnerável da população brasileira por suas condições social, econômica e habitacional concretas. Dado que os indivíduos vulneráveis não conseguiram realizar o confinamento pela própria natureza de suas atividades produtivas, pela falta de espaço físico, e, ainda, pela ausência ou dificuldade de acesso à água tratada e sistema de esgoto, sofreram de forma mais recorrente e amplificada os impactos decorrentes do subfinanciamento crônico do SUS, da desigualdade social profunda e da falta de gestão da pandemia (PIRES et al., 2020).

(F) O Brasil não pode parar

Este enquadramento enfatiza que a economia não pode parar sob quaisquer circunstâncias, nem mesmo diante de uma emergência que põe em risco a própria sobrevivência da espécie humana. Este enquadramento estrutura-se sobre a premissa de que distanciamento social mata, aumenta as taxas de suicídio, atenta à saúde mental (causando depressão e ansiedade), exacerba a violência doméstica e a fome, e favorece a letalidade do vírus. Além disso, *lockdowns* destroem empregos e negócios locais, causando fome e miséria. Propõe, assim, o isolamento vertical, indicando que somente idosos e indivíduos de grupos de risco deveriam ficar em casa. Tal ação seria suficiente para que a economia não parasse, sem considerar que o vírus circulando poderia vir a atingir eventualmente esses grupos. “O Brasil não pode parar” se sobrepõe, algumas vezes, aos enquadramentos de “tratamento precoce” e “imunidade de rebanho”. Exemplos de narrativas presentes neste enquadramento: “os mercados não devem ser

fechados”, “o fecha-tudo destrói empregos”, “a economia deve ser preservada”, “não há evidências para o distanciamento social”, “a vida continua e todos eventualmente serão infectados”.

Observamos nesse enquadramento a priorização do imperativo da economia em detrimento da vida, sem considerar que a último é formada por pessoas. Presenciamos em “O Brasil não pode parar” a lógica neoliberal dando todas as cartas em uma individualização e autonomização da política. Nessa esteira, a inclusão é transformada em competição; os valores coletivos e de pertencimento social são transpostos para valores familiares; a liberdade é contraposta na desregulação dos mercados ou fragilização de valores democráticos. Nesse viés, a preocupação política pelo Governo Federal foi direcionada à manutenção das atividades econômicas e à militarização de ministérios, em particular o Ministério da Saúde, que teve sua coordenação assumida por um general e a substituição de diversos quadros técnicos da área da saúde por militares, com múltiplos impactos relacionados à condução inadequada da resposta à pandemia (VENTURA et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação das narrativas *pseudo-factuais* mobilizadas pelo “gabinete paralelo” nos possibilitou compreender os principais enquadramentos acionados, ou seja, as características da Covid-19 que foram enfatizadas (e negligenciadas). Isso pode explicar, em grande medida, as políticas adotadas pelo Governo Bolsonaro, que foram na contramão dos cientistas, da mídia e da própria OMS. Em um contexto de infodemia, especulamos várias características que explicam em alguma medida a desinformação encontradas nas narrativas e enquadramentos identificados nessa pesquisa. Primeiramente, reforça-se a atuação de grupos socialmente hábeis, patrocinados e intencionados que veiculam conteúdos fora de contexto, adulterados e enganosos, com notório poder de persuasão e que favorecem enquadramentos de seu interesse. Em segundo, eles se beneficiam do funcionamento de algoritmos de plataforma, difundindo informações condizentes com preconceitos preexistentes na sociedade, *clickbait*s, sensacionalismos, exibindo maior chance de se tornarem virais. Em terceiro, a polarização política e bolhas comunicacionais das plataformas, com seus conteúdos altamente personalizados tendem a exibir informações que criam uma visão estreita e particular do mundo, reforçando crenças e valores vigentes e eliminando a possibilidade de acessar o contraditório. Em quarto, é preciso repensar a atual falta de regulação das *big techs* no que se refere à “caixa preta”

de seus algoritmos. Patenteados, obscuros e sem o debate público, eles servem aos interesses de suas empresas criadoras que nem sempre são capazes de dimensionar os impactos de seu funcionamento. Ora, se algum algoritmo indiscriminadamente busca que usuários fiquem o maior tempo possível conectados em suas redes, para então melhor calibrar seu entendimento do indivíduo e assim poder oferecer publicidade mais assertivas, conteúdos sensacionalistas, apoiados em informações imprecisas (e falsas), que de algum modo engajam e obscurecem o debate sério, equilibrado e plural sobre um problema, a disseminação de *fake news* sobre vacinas, por exemplo, pode triunfar em um ambiente em que a mídia e a ciência estão descredibilizadas.

Também pudemos observar consistências das narrativas mobilizadas identificadas com a lógica neoliberal do Governo Bolsonaro: i - a minimização da ação do Estado, ii - a individualização do enfrentamento da pandemia, reforçando a liberdade para os médicos e indivíduos sem levar em consideração os impactos a toda sociedade; iii- priorização de interesses privados e setoriais em detrimento do interesse público. Ao individualizar o enfrentamento da doença, o Governo Federal obstruiu tanto nos enquadramentos e suas narrativas como em ações, uma política eficaz de saúde pública e consequentemente uma estratégia com foco na epidemiologia e no coletivo. Isto é, priorizou-se estratégias clínicas (individuais, sem comprovação científica e que enriquecerem atores políticos e empresariais) em detrimento de estratégias epidemiológicas (coletivas, baseado em evidências científicas). Com essa estratégia, o governo ampliou e reforçou a vulnerabilidade de grupos com pouca ou nenhuma possibilidade de enfrentamento e proteção (NUNES, 2019).

As narrativas científicas, como discutido por Viglio et al. (2019), podem apresentar tanto elementos descritivos quanto prescritivos, e isso implica em interpretações, avaliações e soluções particulares para um problema. Nas situações em que se combinam elementos normativos e factuais, caracterizadas por incertezas e controvérsias (como é o caso da pandemia), cruzam-se as fronteiras entre ciência e política, e as decisões são, muitas vezes, apoiadas em um enquadramento que vai ao encontro de um ou outro interesse. Contudo, ao optar por uma abordagem clínica alinhada com premissas do neoliberalismo, nossa análise mostrou que o “gabinete paralelo” não mobilizou narrativas científicas em disputa, mas lançou mão de narrativas *pseudo-factuais* e muitas vezes negacionistas, confundindo a população, embaralhando discursos, influenciando e endossando as decisões tomadas pelo Governo Federal.

Os enquadramentos e as narrativas identificadas na nossa análise apontam uma recusa de conciliação da possibilidade racional na política e na vida social. Elas endossam a opção pela divergência política “não como um antagonismo regulado por procedimentos, mas como guerra aberta”, que reivindica a cisão com a democracia e produz versões da realidade apesar de qualquer prova e evidência contrária (CASSIMIRO e LYNCH,

2022). No sentido de simplificar, potencializar e espetacularizar a crise de Covid-19, vimos também a emergência de uma infodemia amplificada nos meios de comunicação em um “circuito midiático” (D’ACCI, 2004), abrangendo não somente os meios de comunicação de massa, mas especialmente novos aparatos técnicos de comunicação que têm permitido a circulação de informação (redes sociais e aplicativos de mensagem).

Sob a égide de “Deus, da liberdade, da família” e ancorada nos enquadramentos destacados nesta análise, a resposta do governo federal à pandemia criou também terreno fértil para tecer ataques e desqualificações à ciência, enfatizados explícita e articuladamente nos enquadramentos supracitados. A mobilização de um populismo sanitário (CASARÕES e MAGALHÃES, 2020), que trata como inimigos da nação todos aqueles que impedirem (o populista) de tomar decisões não necessariamente pautadas em bases e diretrizes técnicas, mas em atitudes rápidas, produtivistas, derradeiras, supostamente eficientes diante de um problema, parece ser uma das características centrais da resposta brasileira à crise da Covid-19. Portanto, a leitura à luz dos enquadramentos importa uma vez que essas narrativas e respostas – considerando ou desconsiderando a ciência – devem encontrar instrumentos metodológicos para se produzir e manipular interpretações críticas, a despeito do contexto de infodemia e no campo da Saúde Global.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. As fakes news e o Ministério da Verdade Corporativa. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 23, n. 1, p. 124-141, 2021.

AVEN, T.; RENN, O. Some foundational issues related to risk governance and different types of risks. **Journal of Risk Research**, v. 23, n. 9, p. 1121-1134, 2019. <https://doi.org/10.1080/13669877.2019.1569099>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIEHL, J.; PRATES, L. E. A.; AMON, J. Supreme Court v. Necropolitics: The Chaotic Judicialization of COVID-19 in Brazil. **Health and Human Rights Journal**, v. 25, n.1, 151-162, 2021.

BIRMAN, J. **O trauma na Pandemia do Coronavírus**: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

- CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 140, p. 30-47, 2021.
- CASARÕES, G. MAGALHÃES, D. Populismo sanitário. In: RATTON, J. L.; SZWAKO, J. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.
- CASSIMIRO, P. H.; LYNCH, C. E. C. Negacionismo estrutural. In: RATTON, J. L.; SZWAKO, J. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.
- CESARINO, L. On Digital Populism in Brazil. **Polar: Political and Legal Anthropology Review**, 15 April 2019.
- COSTA, C. M. O. et al. Implicações das fake news para a saúde no contexto da pandemia de Covid-19. **Gep News**, Maceió, v. 5, n. 1, p. 102-106, 2021.
- CURRIE, A.; STERELNY, K. In defence of story-telling. **Studies in History and Philosophy of Science**, Part A, v. 62, p. 14-21, 2017.
- DAHLSTROM, M. F. Using narratives and storytelling to communicate science with nonexpert audiences. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. Supplement 4, p. 13614-13620, 2014. <https://doi.org/10.1073/pnas.1320645111>.
- D'ACCI, J. Cultural studies, television studies, and the crisis in the humanities. In: SPIGEL, L.; OLSSON, J. (Eds.). **Television after TV: Essays on a medium in transition**. Durham: Duke University Press, 2004. p. 418-445.
- DI GIULIO, G. M. et al. Risk governance in the response to global health emergencies: understanding the governance of chaos in Brazil's handling of the Covid-19 pandemic. **Health Policy and Planning**, czad016, Mar. 2023. <https://doi.org/10.1093/heapol/czad016>.
- ENTMAN, R. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- ESPINOSA, S. et al. Negative-Binomial and quasi-poisson regressions between COVID-19, mobility and environment in São Paulo, Brazil. **Environmental research**, v. 204, 112369, 2022.
- FIOCRUZ. Pandemia reforça vulnerabilidade dos povos indígenas. logotipo do projeto Comunicação e Informação. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **Informe ENSP**, 19 abril 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51250> Acesso em: 20 abr. 2023.
- FIORI, J. et al. Masculinidade. In: RATTON, J. L.; SZWAKO, J. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.

- FONSECA, P. F. C. et al. Demarcating Patriotic Science on Digital Platforms: Covid-19, Chloroquine and the Institutionalisation of Ignorance in Brazil. **Science as Culture**, v. 31, n. 4, p. 530-554, 2022.
- GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.
- GIORDANI, R. C. F. et al. A ciência entre a infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 2863-2872, 2021.
- KELLER, A. C. **Science in environmental policy: the politics of objective advice**. Cambridge: MIT Press, 2009.
- KOCH, L.; GORRIS, P.; PAHL-WOSTL, C. Narratives, narrations and social structure in environmental governance. **Global Environmental Change**, v. 69, p. 102317, 2021.
- KROPF, S. P. Negacionismo Científico. In: RATTON, J. L.; SZWAKO, J. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.
- HALLAL, P. C. SOS Brazil: science under attack. **The Lancet**, v. 397, n. 10272, p. 373-374, 2021.
- HERMWILLE, L. The role of narratives in socio-technical transitions - Fukushima and the energy regimes of Japan, Germany, and the United Kingdom. **Energy Research & Social Science**, v. 11, p. 237-246, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2015.11.001>.
- MAIRAL, G. Narratives of risk. **Journal of Risk Research**, v. 11, n. 1-2, p. 41-54, 2008.
- MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017. <https://doi.org/10.1590/198053143988>
- MELLO, P. **A máquina do ódio: jornalismo, fake news, violência digital**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MONARI, A. C. P. et al. Legitimando um populismo anticiência: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em revista**, v. 17, n. 1, e5707, 2021.
- NOBRE, M. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.
- NUNES, J. Critical Security Studies and Global Health. In: MCINNIS, C.; LEE, K.; YODE, J. (Eds.), **The Oxford Handbook of Global Health Politics**. Oxford University Press, 2019.

- OLIVEIRA, L. et al. **Exploring the public reaction to COVID-19 news on social media in Portugal**. Proceedings of the 8th European Conference on Social Media. ECSM 2021, p. 167-176.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris**. Fichas Informativas COVID-19: entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020.
- OUR WORLD IN DATA. **Brazil: Coronavirus Pandemic Country Profile**. [2022]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus/country/brazil> Acesso em: 25 abr. 2023.
- PIRES, L. N. et al. COVID-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil. **Experiment Findings**, v. 21, p. 1-3, 2020.
- PJESIVAC, I. et al. To Eat or Not to Eat: Framing of GMOs in American Media and Its Effects on Attitudes and Behaviors. **Science Communication**, v. 42, n. 6, p. 747-775, 2020.
- RAJÃO, R. et al. The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. **Biological Conservation**, v. 266, p. 109447, 2022.
- RYAN, M. Toward a definition of narrative. In: HERMAN, D. (Ed.). **The Cambridge Companion to Narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 22-36.
- SCHWEIZER, P. J. et al. Social Perception of Systemic Risks. **Risk Analysis**, n. 42, p. 1455-1471, 2022.
- SENADO FEDERAL. **Relatório Final da CPI da Pandemia**. 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441> Acesso em: 2 ago. 2022.
- SQUIRE, C. O que é narrativa? **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, n. 14, p. 272-284, 2020.
- TUCHMAN, G. Telling stories. **Journal of Communications**, v. 26, p. 93-97, 1976.
- VALENZUELA, S. et al. The paradox of participation versus misinformation: social media, political engagement, and the spread of misinformation. **Digital Journalism**, v. 7, n. 6, p. 802-823, 2019.
- VARELLA, M. **Há grupos de risco para covid?** Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/coluna-2/ha-grupos-de-risco-para-covid-coluna/> Acesso em: 20 out. 2022.
- VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D. COVID-19. As *fakes news* e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, e00101920, 2020.

VENTURA, D. et al. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19. **Boletim Direitos na Pandemia**, n.10, p. 6-31, 2021.

VIGLIO, J. E. et al. Narrativas científicas sobre petróleo e mudanças do clima e suas reverberações na política climática brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 124-158, 2019.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg Cedex: Council of Europe, 2017.

WEBER, W. Exploring narrativity in data visualization in journalism. In: ENGEBRE-TSEN, M.; KENNEDY, H. (Eds.) **Data Visualization in Society**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020. p. 295-311.

YU, J.; LU, Y.; MUÑOZ-JUSTICIA, J. 2020. Analyzing Spanish News Frames on Twitter during COVID-19 A Network Study of El País and El Mundo. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 15, 5414, 2020.

ZIMDARS, M.; MCLEOD, K. **Fake news**: understanding media and misinformation in the digital age. Cambridge: MIT Press, 2020.